



**PARECER PRÉVIO Nº 64/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 2038/2011.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte
- 4- **Exercício:** 2010
- 5- **Responsável:** Adenilson Lima Reis (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5961/2016-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte. Exercício de 2010.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas da Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte, exercício 2010 de responsabilidade do **Sr. Adenilson Lima Reis - Prefeito Municipal**, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

- 11- **Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 18 de Dezembro de 2018
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 64/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 64/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 64/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 2038/2011.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte
- 4- **Exercício:** 2010
- 5- **Responsável:** Adenilson Lima Reis (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331
- 7- **Unidade Técnica:** Dicami e Dicop
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5961/2016-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Kríchanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte. Exercício de 2010.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte, exercício 2010 de responsabilidade do **Sr. Adenilson Lima Reis**, Prefeito e Ordenador das Despesas, nos termos do art. 22, II c/c o art. 24, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Adenilson Lima Reis** no valor de **R\$ 2.192,06**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fundamento no art. 308, I, “b” da Resolução n. 04/2002 pelos itens 8-19 do Relatório-Voto;  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não



**ACÓRDÃO Nº 64/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 64/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Adenilson Lima Reis** no valor de **R\$ 6.576,18**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fundamento no art. 308, II do Regimento Interno do TCE/AM, pelos itens: 20-22 do Relatório-Voto; Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.4. Aplicar Multa ao Sr. Adenilson Lima Reis** no valor de **R\$ 4.468,42**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fundamento no art. 53, parágrafo único da Lei n. 2423/96, pelos itens: 23-51 do Relatório-Voto; Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.5. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Adenilson Lima Reis** em caso de não recolhimento no prazo estabelecido com as devidas correções monetárias, ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**10.6. Recomendar ao Sr. Adenilson Lima Reis** que:

**10.6.1** Elabore anualmente o inventário dos bens permanentes na forma disposta do artigo 94 da Lei Federal nº 4.320/64;

**10.6.2** Não mantenha numerário em caixa, devendo ser depositado em instituições financeiras oficiais, conforme determina o § 3º, do artigo 164, da CF/88, c/c o § 1º, do artigo 156, da CE/89;



**ACÓRDÃO Nº 64/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 64/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.6.3** Arquive os comprovantes das publicações dos editais resumidos previstos pelo artigo 22, 3º do Estatuto Licitatório;

**10.6.4** Cumpra os prazos para encaminhamento a esta Corte de Contas, dos Relatórios de Execução orçamentária, conforme artigo 1º, da Resolução nº 06/00-TCE;

**10.6.5** Cumpra os prazos para encaminhamento a esta Corte de Contas, dos Relatórios de Gestão Fiscal, previsto no artigo 63, II, b, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF;

**10.6.6** Faça previsão na Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual de recursos para capacitação de servidores, em cumprimento a Lei Municipal nº 093/2004;

**10.6.7** Faça a consolidação, identificação e demonstração fidedigna da Conta "Créditos" do Balanço Patrimonial, por credor, data, valor e nota de empenho, de cada exercício financeiro;

**10.6.8** Faça o competente procedimento licitatório enquadrando a cada modalidade, para as despesas cujos limites estão estabelecidos no artigo 23, incisos e alíneas do Estatuto Licitatório;

**10.6.9** Elabore após conclusão das obras e serviços de engenharia, o Termo de Entrega do objeto, previsto no artigo 73, I e letras e II, e letras, da Lei nº 8.666/93;

**10.6.10** Cumpra o que determina o § 1º, do artigo 40, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no que se refere à data, rubrica e assinatura do edital ou instrumento convocatório;

**10.6.11** Para que as prestações de serviços e obras de engenharia, tenha anuência do corpo jurídico ou técnico desse Poder Executivo Municipal, prerrogativa do artigo 38, VI, § único da Lei Federal nº 8.666/93;

**10.6.12** Cumpra o princípio da publicidade em todos os atos emanado por esse Poder Executivo Municipal, em especial aos dos Contratos e Cartas Contratos, prerrogativa do § único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93;

**10.6.13** Cumpra o dispositivo dos artigos 259, 260, 264 e 267 da Resolução nº 04/2002-RITCE, quanto a remessa de todas as admissões de pessoal para a devida apreciação e julgamento desta Corte de Contas;

**10.6.14** Formalize relatórios de viagens dos servidores, secretários e Prefeito, para fins de comprovação da legalidade das despesas;

**10.6.15** Cumpra o que determina o § único do artigo 27, da Lei Federal nº 11.494/2007, no tange a elaboração do Relatório do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb;

**10.6.16** Cumpra o que determina o § 3º do artigo 182 da CF/88, c/c o artigo 16, I e II da Lei Complementar no 101/2000 - LRF;

**10.6.17** Crie ato normativo para regulamentar quantitativo mínimo de servidores efetivos que devam ocupar cargos comissionados, ex vi do art.37, V da CF/88;



**ACÓRDÃO Nº 64/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 64/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.7. Dar ciência da decisão ao Sr Adenilson Lima Reis.**

**10.8. Arquivar** os presentes autos nos termos regimentais, após o registro.

**11- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 18 de Dezembro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral